Francisco Rüdiger

AS TEORIAS DO JORNALISMO NO BRASIL

AS TEORIAS DO
JORNALISMO
NO BRASIL



EDITORA INSULAR

Francisco Rüdiger

As Teorias do Jornalismo no Brasil

Florianópolis
EDITORA INSULAR
2021

Sumário

Introdução

Apesar de ser a principal potência da região, seria errôneo afirmar que o Brasil possui o interesse acadêmico em relação ao jornalismo mais antigo da América Latina. Houve, por exemplo, iniciativa anterior na Argentina, em 1934. Durante o I Congresso Brasileiro de Jornalistas de 1918 surgira, é fato, a proposta de criar um curso, predominantemente prático, inspirado no modelo norte-americano. Efetivo encaminhamento do assunto só começaria, porém, mais tarde, com a abertura da Escola Superior concebida pelo jornalista Cásper Líbero, para funcionar junto à Universidade Católica de São Paulo, em 1947 (Hime, 2016).

> Semelhante à de Columbia quanto à origem, a Escola Cásper Libero assemelha[va]-se à de Missouri [Estados Unidos] quanto ao objetivo. O ensino prático, tão difícil e custoso às organizações oficiais, era fácil para uma escola brotada do jornal *A Gazeta* (Rizzini, 1953, p. 46; cf. Dias, 2018).

Nosso objetivo nestas páginas consiste, essencialmente, em propor uma sistematização e caracterizar analiticamente as principais etapas do pensamento jornalístico surgido a reboque da institucionalização da matéria como campo de ensino e pesquisa na universidade brasileira que assim se iniciou. Vale, nesse sentido, esclarecer bem, desde o princípio, o que se entende por teoria do jornalismo neste contexto. A expressão dá margem a toda sorte de confusões, prestando-se a, pelo menos, dois entendimentos básicos em nosso meio acadêmico.

O primeiro, possui um sentido em parte administrativo, noutra epistemológico, consistindo em entendê-la como reflexão sobre a área de ensino e pesquisa de jornalismo, como discurso sobre os negócios do jornalismo enquanto campo de atividades acadêmicas,

como análise imanente dos processos de administração do conhecimento referenciáveis pelo que, no meio acadêmico, se chama de jornalismo.

O segundo, em geral, não foge a este âmbito, o acadêmico, mas se rege por outra perspectiva, voltada para o fenômeno ordinário, apresentando-se como elaboração reflexiva, esforço de abstração das experiências agrupadas semioticamente no senso comum com o termo jornalismo, dos processos de produção da notícia e da opinião jornalísticas existentes na vida cotidiana mais ampla, por obra, neste último caso, de indivíduos, empresas e organizações.

Por óbvio, veremos em seguida, as perspectivas às vezes se superpõem ou comunicam, mas conviria que, na medida do possível, se evitasse sua confusão no plano reflexivo, para o bem da argumentação, conforme procuraremos fazer neste trabalho, em que a análise foca, sobretudo, na segunda alternativa. As teorias que se pode ter sobre o jornalismo mesmo são, em princípio, distintas da reflexão que se pode fazer sobre como se estrutura ou se organiza o ensinamento acadêmico do assunto.

Jornalismo não é o mesmo que estudo do jornalismo: se instituem em contextos distintos, seguem normas desiguais, até quando a proposta do segundo é experimental. O fundamento primeiro da reflexão teórica sobre jornalismo não se encontra na academia, mas no surgimento e manifestações da coisa mesma. O fato da atividade acadêmica ser referenciada pela atividade mundana não significa, porém, que ela se paute pelos mesmos critérios, obedeça as mesmas normas.

Sem jornalismo, não há teorias a respeito, mas elas importam: mediações intelectuais, elas são sua elaboração reflexiva, um momento, ainda que abstrato, da devida práxis. O jornalismo pode ser visto como agência da práxis, criação social e histórica, que se desdobra prática e intelectualmente em distintos níveis e direções. O jornalismo, qualquer que seja o tipo, precisa ser, para depois se tornar objeto de pensamento: primeiro deve surgir, para depois ser teorizado, só sendo obra em que intervém a academia de modo muito tardio e, sobretudo, indireto.

As teorias podem e devem ser vistas como mediações mais ou menos autônomas, mais ou menos influentes na prática. O fato de formarem campo sujeito à variedade e disputa, ainda que relativamente autônomo, reflete a variedade de suas origens, tanto quando a fragmentação da consciência de seus sujeitos, sinalizando sua dependência à práxis histórica.

Nossa tarefa no que segue consiste essencialmente em proceder à exposição histórico-sistemática e à análise racional, isto é, argumentativa das teorias do jornalismo surgidas em nosso país no segundo sentido referido mais acima. Ficam de fora as teorizações espontâneas, oriundas dos meios profissionais, civis e empresariais (Reginato, 2019).

Dispomos há bom tempo de material estrangeiro de primeira mão em volume significativo, e não faltam manuais elaborados por contemporâneos oferecendo sínteses das grandes tendências internacionais de pesquisa e reflexão a respeito. Observa-se, no entanto, ausência de um relato de conjunto sobre a trajetória e características do pensamento brasileiro, nem sempre coincidente nas inclinações com o que se encontra na literatura estrangeira.

Num ponto e outro, o texto não se nega a lançar notas críticas chamando atenção para problemas contidos no material examinado, mas como dito, é outra sua proposta mais central. Contrariamente ao que se acha, por exemplo, em "O segredo da pirâmide" (Genro Filho, 1987), nestas páginas não se almeja fazer exposição polêmica e construtiva, defender abertamente uma teoria contra outras. A proposta é predominantemente analítica, consistindo em mapear um terreno ainda muito selvagem, em que não falta confusão e, por isso, justifica nossa preocupação elementar com a informação e o esclarecimento (cf. Jay, 1990).

Damos razão a quem julgue inadmissível "que um bacharel em jornalismo seja incapaz de conceituar jornalismo [...]. Não tenha cultura jornalística, ignore as obras canônicas, seus pensadores, o estado da arte da produção científica sobre jornalismo" (Meditsch, 2015, p. 86). Deve-se considerar, no entanto, que o problema tem raízes profundas, relacionadas, entre outros fatores, às contradições

e precariedades da respectiva formação universitária. Ainda hoje é comum encontrar, no meio acadêmico da área, conceituações não apenas pouco rigorosas, se não confusas sobre o que é jornalismo.

Juarez Bahia, clássico da área, por exemplo afirma que "jornalismo é uma arte, uma técnica e uma ciência, embora o cético entenda que não passa de um comércio", sem esclarecer nenhuma das situações. Sentencia que "jornalismo é uma disciplina científica que abrange uma teoria e uma prática", mas fica devendo análise de o que isto significa. Para ele, "jornalismo é apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza e rapidez" – o que não vai muito além do senso comum. No limite, o autor confunde a prática com seus instrumentos, afirmando, na primeira linha de seu livro mais ambicioso, que "todos os meios pelos quais a notícia chega ao leitor são jornalismo" (Bahia, 1972).

Vale, portanto, estudar o assunto com foco e detalhe, se tivermos interesse acadêmico na matéria, começando por chamar atenção, nesta introdução, para os seus antecedentes e o plano de abordagem do tema adotado neste trabalho. Aparecida no Brasil em 1808, a imprensa sempre se fez acompanhar no país de um pensamento (Marques de Melo, 2006; 2012), que, nestas páginas, importa apenas na medida em que veio a ensejar uma reflexão relativamente autônoma – isto é, sem relação imediata, seja qual for, com a prática jornalística e o juízo de outras esferas da sociedade.

Personalidades da vida pública e intelectual, políticos, historiadores, juristas e literatos, para não falar dos jornalistas e da gente comum – todos sempre se expressaram de um ou outro modo a respeito da imprensa, e assim continuam a fazê-lo pelas páginas de livros e revistas, através de palestras, meios eletrônicos e redes sociais. Foco do presente trabalho é apenas o pensamento acadêmico em jornalismo, este que, mais ou menos, clara e conscientemente se apresenta como reflexão teórica sobre o assunto e que, no Brasil, veremos, só faria aparição a partir dos anos 1950.

Fundador dos estudos de comunicação no país e um dos principais historiadores da matéria que nos interessa nestas páginas, José

Marques de Melo foi, nesse sentido, quem mais avançou ou, pelo menos, se tornou maior referência. Antes, Cremilda Medina (1993) tocara no assunto com ajuizamento individual melhor elaborado, mas diluindo-o nas grandes tendências internacionais do pensamento comunicacional. Guardamos de sua contribuição, sobretudo, a necessidade de observar que "a construção teórica do jornalismo, no Brasil, não pode ser compreendida dentro de um calendário estritamente rígido e cumulativo" (p. 10).

Depois, Jacques Mick e Samuel Lima (2018) organizaram dossiê com relatos monográficos, mas de amostra limitada sobre o assunto. Deles fica, para nós, o sentimento de que, sem estabelecer filiações e aprofundar a análise desde o ponto de vista filosófico, a historiografia se esgota em relato bem informado, mas de baixa performance reflexiva.

Marques de Melo não reúne, em nosso ver, os méritos presentes nestes dois casos, entretanto logrou fechar foco no caso brasileiro e, conseguindo apresentar visão geral mais integrada, argumentou que nosso pensamento jornalístico deve ser dividido em três etapas: 1º) o período de emancipação, correspondente genericamente ao final do período monárquico; 2º) o período de identificação, que surgiria na República, indo até o final do século 20; e 3º) o período de autonomização, que nos seria contemporâneo (Marques de Melo, 2012; 2006).

O primeiro teria sido marcado pela contribuição de jornalistas, políticos e historiadores, que começaram a resgatar as origens do nosso jornalismo, sem, contudo, focar nos processos sociais que teriam lhe dado fisionomia específica, ao privilegiarem a mera crônica. O segundo se caracterizaria por "pensar o jornalismo como peça fundamental da engrenagem do poder, demonstrando sua perplexidade diante das mutações experimentadas pela atividade, que se industrializa e se profissionaliza a passos largos" (Marques de Melo, 2012, p. 63).

O terceiro e mais atual, enfim, se proporia a fortalecer o jornalismo como área específica do conhecimento e, por meio da teoria e pesquisa, encaixá-la no sistema nacional de ciência e tecnologia, após período de subordinação ao campo da comunicação, como da-

ria sinal a fundação, em 2003, da "Sociedade Brasileira dos Pesquisadores do Jornalismo", responsável pela publicação da revista bilíngue "Brazilian Journalism Research" (Marques de Melo, 2012, p. 94-103).

Vamos no que segue apresentar exame que, sem pôr de lado a pretensão sistemática, visa ser ao mesmo tempo mais detalhado e rigoroso em comparação com o relato da matéria proposto pelo estudioso. Seguir a trilha muito mais rica acerca do assunto aberta por Elaine Tavares, ao "relatar de maneira bastante sucinta as visões de mundo que embalaram cada década", a fim de "compreender os pensamentos que influenciaram o fazer jornalístico no Brasil" (Tavares, 2011, p. 53), sem, todavia, alcançar o nível de profundida que se encontra em monografias como a de Felipe Pontes (2015).

Marques de Melo compilou nomes e datas para, retoricamente, compor períodos históricos em termos típico-ideais por demais abstratos. Tavares mergulhou na matéria para dela não apenas extrair os argumentos centrais, mas comentar seus avanços e limitações internas à luz das mudanças em curso no jornalismo e na sociedade durante a II metade do século 20.

> A caminhada do pensamento que influenciou o jornalismo brasileiro e a prática da reportagem ao longo de toda a II metade do século XX, mostra como saímos da opinião escrachada para a hegemonia da objetividade, ainda que conflitando o tempo todo com outras formar de narrar que admitem a subjetividade, a narrativa, a literatura [...] até chegar à ideia do fim do jornalismo (Tavares, 2011, p. 107).

Atentos a esta perspectiva, trata-se, no nosso caso, portanto, de proceder à análise sistemática das proposições caracterizadoras das teorias a que o pensamento acadêmico em jornalismo brasileiro deu lugar até o início do século 21. Fornecer evidências de que se pode questionar a afirmação, feita por autor de um dos poucos estudos realmente eruditos feitos na área, de que, entre nós, foram poucas as tentativas de tratar teoricamente o jornalismo com proposições específicas (Pontes, 2015, p. 194). Disponibilizar ao leitor interessado um relato ao mesmo tempo crítico e analítico sobre como a comuni-

dade acadêmica vem pensando teoricamente o jornalismo desde os primórdios de sua ambientação na universidade brasileira.

Sabe-se que o que tem história não pode ser definido (Nietzsche), mas também que a revisão historiográfica é uma forma possível de responder às questões de identidade (Ricoeur). Seguindo de longe estas máximas, entender-se-á por teorias do jornalismo nestas páginas as respostas dadas à pergunta: o que é jornalismo, no seu sentido mais amplo e genérico. O jornalismo comporta tantas teorias quantas forem as perguntas a respeito que alguém lhe proponha em abstrato, desdobrando-se analiticamente em tantas dimensões quanto o permite seu processo de desenvolvimento. O jornalismo econômico pode ser objeto de tantas teorizações quanto podem sê-lo, por exemplo, a reportagem radiofônica, a entrevista de estúdio, a diagramação de revista, a fotografia etc. O relato de pesquisa que segue se cinge às formulações genéricas, conforme se apresentam preferencialmente nos tratados de perfil especializado publicados a respeito da matéria*.